Gênero: a história de um conceito

Adriana Piscitelli

[Imagem de fundo elaborada com base em foto de passeata pelo direito feminino ao voto, em Nova York, EUA, 6 de março de 1912. Originalmente publicada por American Press Association, 1912. Library of Congress, EUA, cph 3g05585.]

Adriana Piscitelli é antropóloga, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tem pesquisas na área de gênero, sexualidade, turismo sexual, prostituição, migrações. Publicou o livro *Joias de família – Gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros* (Editora da UFRJ, 2006); foi co-organizadora de *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras* (Garamond, 2004) e organizadora de diversos números dos Cadernos Pagu (Revista do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp), disponíveis no Scielo Brasil <www.scielo.br>.

Por que falar sobre gênero?

No dia 12 de maio de 2009, o *Jornal Nacional* mostrou uma cena dramática passada no Afeganistão. Meninas entre 10 e aproximadamente 13 anos, com longas saias pretas e os cabelos cobertos por lenços, apareciam deitadas, com expressões assustadas, em macas de hospital. Cuidando delas, circulavam mulheres com os corpos e rostos cobertos por "burkas", vestes que chegavam até os pés, de uma cor azul, clara e intensa. A voz do apresentador informava que as garotas haviam sido envenenadas por gás durante ataques contra escolas em que estudavam. Em uma agressão a outra escola, mais garotas tiveram os rostos queimados com ácido. Entre 1996 e 2001, meninas afegãs eram proibidas de frequentar a escola, o que explica parte desses atos de violência, que visaram lugares onde elas foram admitidas entre os alunos. O caso fica mais chocante se pensarmos na irracionalidade de ataques contra o que hoje é considerado um direito amplamente reconhecido, o acesso igualitário à educação para meninos e meninas.[1]

Essa matéria jornalística mostra como é fundamental pensar no sentido atual de se falar em *gênero*. O relato remete a dois pontos importantes: a atribuição de espaços sociais diferenciados para homens e mulheres; e uma situação de discriminação feminina que lembra outras, presentes em diferentes momentos históricos, em diversas partes do mundo. Os processos que conduzem a essas situações não são idênticos e é importante prestar atenção às particularidades de cada caso. Mas há algo em comum. Toda discriminação costuma ser justificada mediante a atribuição de qualidades e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação. Com frequência, esses traços são considerados como algo inato, com o qual se nasce, algo supostamente "natural", decorrente das distinções corporais entre homens e mulheres, em especial daquelas associadas às suas diferentes capacidades reprodutivas. Em muitos cenários, a vinculação entre qualidades femininas e a capacidade de conceber filhos e dar à luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação.

1 O texto completo desta matéria está disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1123209-5602,00-AFEGANISTAO+INVESTIGA+ENVENENAMENTO+DE+MENINAS+COM+GAS.html>. Acesso em 21/08/2009.

[Foto de Staff Sgt. Russell Lee Klika, da Guarda Nacional do Exército dos EUA, 5 de fevereiro de 2009 <www.defenselink.mil/PhotoEssays/PhotoEssaySS.aspx?ID=1090>. Acesso em 23/09/2009.]

No Afeganistão, o tradicionalismo religioso obriga que muitas mulheres vistam a **burka** *para sair de casa. Trata-se de um véu islâmico que cobre todo o rosto e corpo, e costuma ser visto pela sociedade ocidental como um sinal de opressão das mulheres.*

Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são "naturalizadas". O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo *gênero* para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade.

A imagem de desigualdade é gritante nas cenas transmitidas pela TV descritas no início deste texto. Entretanto, é importante levar em conta que a narrativa do telejornal "fala" do espaço ocupado pelas mulheres em um lugar muito longínquo, em outra cultura. É claro que nessa narrativa o lugar atribuído às mulheres também "diz coisas"

sobre essa outra cultura. O que me interessa observar, porém, é que um exemplo tão distante pode embaçar nossa visão sobre o sentido de falar sobre gênero nos dias de hoje, no Brasil.

E no Brasil?

A presença massiva de meninas e jovens mulheres nas escolas e universidades, a existência de médicas, mulheres que dirigem táxis e pilotam aviões, prefeitas, senadoras e ministras nos lembram que aqui as mulheres têm acesso à educação, podem trabalhar em praticamente qualquer atividade, ocupando até cargos políticos. Além disso, no Brasil parece haver uma imensa distância em relação às expressões mais cruéis da desigualdade entre homens e mulheres, materializadas, por exemplo, em guerras nas quais o estupro de mulheres se converte em uma verdadeira arma.

Lembremos as violações de inúmeras mulheres como mecanismo de disseminar o terror político durante a década de 1980 no Peru, na guerra envolvendo o governo daquele país e a organização Sendero Luminoso. Ou, no início de 1990, os estarrecedores estupros, sistemáticos e em massa, de mulheres e meninas muçulmanas na Bósnia Herzegovina, muitas vezes seguidos por mutilações e assassinatos. Eles ocorreram em verdadeiros "campos de estupro", no território da antiga Iugoslávia. O caráter genocida desses atos, vinculado à eliminação deliberada de pessoas motivada por diferenças étnicas, nacionais, raciais, religiosas, fez que fossem considerados *crimes contra a humanidade*.

Um rápido olhar sobre alguns indicadores no Brasil, porém, mostra que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ter sido atingida. As mulheres têm mais anos de estudo, em média, do que os homens. Segundo o Censo Escolar referente a 2005, as meninas são pouco mais da metade dos que terminam o ensino fundamental e o ensino médio.[2] No nível superior, a diferença é ainda maior.[3] Mas o maior número de anos de estudo das mulheres não se reflete ainda numa igualdade salarial,[4] o que se agrava mais ainda quando se trata de mulheres negras. Em média, as mulheres brancas ganham

2 Dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental no Brasil em 2005, 54,29% são do sexo feminino; do Ensino médio, 57,62%.

3 As mulheres são 62,34% de todos que se formam no ensino superior (dados relativos ao ano de 2003).

4 71,3% das mulheres que trabalham ganham até dois salários mínimos, ao passo que apenas 55,1% dos homens estão nesse patamar.

40% menos do que os homens para o mesmo trabalho; e as mulheres negras, 60% menos.[5]

Quando pensamos nas horas necessárias para realizar o trabalho de cuidar da casa e dos filhos, percebemos que no Brasil as mulheres que trabalham fora, além de ganhar menos que os homens, trabalham mais horas que eles. Isso porque não costuma haver uma divisão equitativa do trabalho doméstico. Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou a pesquisa "A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", com 2.502 entrevistas em todo o Brasil. Os resultados desse estudo indicam que 96% das entrevistadas cuidavam das tarefas domésticas e das crianças, mesmo que também trabalhassem fora de casa. Nos casos em que o trabalho doméstico era dividido com outra pessoa, em quase a metade dessas situações dividiam-no com outra mulher, geralmente a mãe ou as filhas.

Se, além de pensar nas diferenças nos salários e nas horas de trabalho, também consideramos a violência sofrida pelas mulheres no Brasil, o quadro de desigualdades se torna mais crítico. Entre as entrevistadas que participaram da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, pouco mais da metade afirmou nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de um homem. Mas o restante, 43% das entrevistadas mulheres, tinha sido vítima de algum tipo de violência cometida por um homem. Uma parte (11%) afirmou ter sido espancada, na maioria das vezes por companheiros (maridos ou namorados) ou ex-companheiros. Considerando-se que 31% delas afirmavam que isso havia acontecido no último ano antes da entrevista, chegou-se ao cálculo de que a cada quinze segundos uma mulher é espancada no Brasil. Quando o entrevistador nomeava outras formas de violência, os números aumentaram: 33% sofreram violência física (ameaças com armas, agressões físicas, estupro conjugal[6] ou abuso). Além disso, 27% sofreram violências psíquicas. Onze por cento afirmaram já ter sofrido assédio sexual – esta é a única forma de violência que não é cometida por companheiros ou ex-companheiros.[7] Nesse

5 Dados de trabalho da PNAD/IBGE de 2003, retirados do artigo "A afirmação dos direitos da mulher no governo Lula", no site da Fundação Perseu Abramo <www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2871>. Acesso em 21/07/2009.

6 Estupro conjugal é aquele que acontece dentro de uma relação afetiva, quando o marido ou companheiro exige manter uma relação sexual, mesmo se a esposa não quer e não consente. É uma das formas de violência contra a mulher mais difíceis de se medir.

7 A respeito desta pesquisa, veja:
<www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=231>. Acesso em 07/08/2209.

quadro de violência é necessário adicionar os homicídios de mulheres. Uma pesquisa realizada em Pernambuco relativa à violência letal contra as mulheres em 2007 e 2008 indica que companheiros e ex-companheiros respondem por 70% dos casos. E, nesse período, aumentou o uso de arma branca e do espancamento nos crimes.[8]

Finalmente, é importante lembrar que, no Brasil, a violência contra as mulheres não se restringe ao âmbito das relações com os companheiros. Se os estupros massivos em situação de guerra estão longe de nossa realidade, a violência sexual, em situações de custódia do Estado, pode assumir conotações igualmente estarrecedoras. Vale lembrar a detenção no Pará, em 2007, de uma adolescente pobre, de 15 anos, acusada de roubo. A garota foi mantida durante 26 dias em uma cela de uma delegacia de polícia com mais vinte homens. Essa situação é duplamente ilegal, por ser proibido misturar homens e mulheres numa cela, e por se tratar da prisão de uma pessoa menor de idade. O fato foi ignorado por diversas autoridades. De acordo com as narrativas dos jornais, "a jovem disse ter sofrido abuso sexual dos cerca de vinte presos da cela, teve que fazer sexo com eles em troca de comida e foi agredida, apresentava hematomas e marcas de queimadura de cigarro pelo corpo".[9] Após essa terrível notícia, foram difundidos outros casos de mulheres detidas em celas "mistas", em diversas partes do país. Como se não bastasse, noticiou-se também a venda de cópias de cenas de estupros, gravados em celas de delegacia e transmitidos por celular.[10]

Esse conjunto de indicadores e observações torna incontestável a necessidade, também no Brasil atual, de fazer esforços para compreender os lugares diferenciados e desiguais que as mulheres ocupam em diversas áreas da vida social, prestando atenção aos aspectos culturais que participam na delimitação desses lugares. Para chegarmos a essa compreensão, uma pergunta se impõe: como noções de feminilidade e masculinidade, articuladas a outros aspectos, como (no caso acima mencionado) classe social e também raça, participam na produção dessas desigualdades? Essa pergunta sintetiza a proposta feminista da utilização do conceito de gênero.

8 Os dados são do banco do Observatório da Violência Contra as Mulheres, do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.

9 "Justiça sabia que menina dividia cela com homens", *Folha de S. Paulo*, 23/11/2007. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2311200719.htm>. Acesso em 15/08/2009.

10 "Estupro de mulher em cela foi filmado, dizem deputados", *Folha de S. Paulo*, 30/11/2007. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3011200701.htm>. Acesso em 15/08/2009.

Os anúncios publicitários muitas vezes reforçam os ideais de gênero, como a imagem da mulher como mãe e dona de casa e sua associação às tarefas domésticas.

[Foto de anúncio publicitário de eletrodoméstico Bosch, Alemanha, 1954. Interfoto/Imageplus.]

A trajetória de um conceito

O conceito de gênero foi elaborado e reformulado em momentos específicos da história das teorias sociais sobre a "diferença sexual" e foi inovador em diversos sentidos. Para perceber o alcance dessas inovações, é preciso acompanhar um pouco de sua história. Ao narrá-la, a bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway, no artigo "Gênero para um dicionário marxista", afirma que o termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963, tratando do modelo da identidade de gênero.[11] Stoller teria formulado o conceito de *identidade de gênero* para distinguir entre natureza e cultura. Assim, sexo está vinculado à biologia

11 Donna Haraway, "Gênero para um dicionário marxista, a política sexual de uma palavra". *Cadernos Pagu*, nº 22, Campinas: jan-jun 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332004000100009&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 07/08/2009.

(hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e *gênero* tem relação com a cultura (psicologia, sociologia, incluindo aqui todo o aprendizado vivido desde o nascimento). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa marcada por gênero, um homem ou uma mulher.

Ou seja, esse psicanalista, acompanhando uma reflexão científica mais ampla, entendia que quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são *culturais*, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social. Ser mulher de classe alta no Brasil, no início de século 20, pressupunha ser delicada, ficar restrita ao espaço doméstico, ter pouca educação formal, saber bordar e costurar. Assim, elas eram ensinadas a se enquadrar nesse modelo. Hoje em dia, ser mulher pode significar algo bem diferente, e varia muito de acordo com o lugar, a classe social, o momento histórico.

Na opinião de Stoller, há uma diferença sexual "natural", no corpo fisiológico. Embora o sentido que isso assume em diferentes contextos seja muito variado, em cada lugar se estabelecem maneiras apropriadas de ser homem e mulher. Às vezes, algumas pessoas nascem com traços genitais de um sexo, mas sua "identidade de gênero" está associada ao outro sexo. Por exemplo, pessoas que nasceram com pênis, mas se sentem como meninas, gostam de vestir-se e comportar-se como elas. Há também pessoas que nasceram tendo desenvolvido parcial ou completamente órgãos sexuais masculinos e femininos. No passado eram chamadas de hermafroditas, hoje recebem o nome de pessoas de sexo ambíguo ou "intersexos". Nessa categoria são também incluídas pessoas cuja genitália, segundo os médicos, está "incompletamente formada", como crianças que, ao nascer, têm traços genitais pouco definidos, como não ter os testículos no saco escrotal, ou ter um pênis considerado excessivamente pequeno ou clitóris maior do que parece ser normal.[12] Nesses casos, os médicos tendem a sugerir intervenções cirúrgicas, às vezes mutilações, para definir os órgãos genitais, retirando qualquer ambiguidade deles, assim como trabalhos terapêuticos que permitam harmonizar a identidade de gênero com os novos genitais. Stoller afirmava que esse conjunto de possibilidades existe porque a "identidade de gênero", que está no plano da cultura, dos hábitos e dos aprendizados, não deriva dos genitais, que "pertencem" à natureza, à biologia.[13] Por isso, é preciso separar natureza de cultura, entendendo que o que define as diferenças de gênero está no âmbito da cultura.

Às vezes, os paradigmas tradicionais do senso comum sobre gênero são quebrados de forma evidente. Roberta Close, nascida homem, submeteu-se à cirurgia de mudança de sexo e tornou-se um ícone de beleza nacional, tendo inclusive posado nua para uma revista masculina nos anos 1980.

[Rex Features / Grupo Keystone Imagem Código:244356b]

Porém, as formulações de gênero que tiveram impacto na teoria social foram elaboradas a partir do pensamento feminista, na década de 1970. Esse movimento social, que buscava para as mulheres os mesmos direitos dos homens, atuou decisivamente na formulação do conceito de gênero. As feministas utilizaram a ideia de gênero como diferença produzida na cultura, mas uniram a essa noção a preocupação pelas situações de desigualdade vividas pelas mulheres, como aquelas mencionadas acima. Foi, portanto, a partir de uma luta social, que surgiu uma contribuição teórica fundamental para o pensamento social. Nessa elaboração, aspectos presentes na longa história de reivindicações feministas, relativos à dominação masculina, articularam-se a noções teóricas que procuravam mostrar como as distinções entre feminino e masculino são da esfera do *social*.

---

12 Como há muitas causas diferentes, é difícil calcular a incidência da intersexualidade. O tipo mais comum, causado pela "hiperplasia da supra renal" acontece em 1 criança a cada 5000 na Europa. Normalmente essa situação é um segredo, porque é muito delicado em nossa sociedade dizer que uma criança que acabou de nascer não é nem menino e nem menina. Normalmente, essas crianças sofriam cirurgias corretivas ainda muito pequenas, mas essa tendência de resolver logo ao nascer tem sido questionada pelas próprias pessoas que sofreram essas intervenções médicas. Eles provam ao pensamento social e médico que nem todos nascemos homem ou mulher. Há mais sobre esse tema no artigo de Paula Sandrine Machado, "O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural". *Cadernos Pagu*. 2005, nº 24, pp. 249-281.

13 Robert Stoller "A contribution to the study of gender identity". *International Journal of Psycho-analysis* 45 (1964), pp. 220-226.

[Manifestação pelo direito ao voto feminino, fevereiro de 1913. Biblioteca do Congresso EUA, LC-DIG-ggbain-12483.]

[Harris & Ewing. "Comitê nacional contra o voto das mulhes". 1911. Biblioteca do Congresso EUA, cph 3a26270.]

Em alguns países, como nos Estados Unidos, houve no início do séc. 20 uma série de passeatas e manifestações pelo voto feminino. Como todo esforço de ampliação dos direitos das mulheres – e os de vários movimentos sociais de minorias –, este também gerou reações contrárias.

Leituras "clássicas" da diferença sexual

A "primeira onda" do feminismo ocorreu entre o final do século 19 e início do 20. Esse primeiro momento se caracterizou por uma importante mobilização no continente europeu, na América do Norte e em outros países, impulsionada pela ideia de "direitos iguais à cidadania", que pressupunha a igualdade entre os sexos. Entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres conseguiram, em vários países, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais.

As leis eram diferentes para homens e mulheres. As feministas reivindicavam, entre outras coisas, poder votar (numa época em que só os homens votavam nas eleições), ter acesso à educação (ter o mesmo tempo de escolaridade dos meninos) e poder ter posses e bens (quando só homens podiam ser proprietários de uma casa, por exemplo). Dentro desse movimento era formulada uma pergunta, decorrente da ideia de "direitos iguais", que será central nas elaborações posteriores do feminismo: "Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela, e como ela se mantém?".

A teoria social certamente oferecia elementos para se pensar nessa pergunta. Nas ciências sociais, uma longa tradição de pensamento utilizava a ideia de diferença entre feminino e masculino como princípio universal de diferenciação e classificação. De acordo com essas ideias, os astros, os animais, as coisas, lagos, pedras e montanhas, objetos e também os seres humanos, tudo seria classificado segundo essa distinção. Além disso, em todos os grupos, as diferenças entre o que é tido como feminino e masculino informam as personalidades consideradas apropriadas para homens e mulheres e as ideias sobre as tarefas que uns e outras devem desempenhar.

Essas noções sobre a diferença entre masculino e feminino presentes na teoria social contribuíram para que novos autores e autoras mostrassem o caráter cultural, flexível e variável dessa distinção. Baseando-se em estudos sobre diversas sociedades, eles/as demonstraram que, embora seja comum haver divisões entre as tarefas de homens e mulheres, essas divisões não são fixas. Em algumas sociedades indígenas, por exemplo, a atividade de tear é vista como feminina; noutras, como masculina. Isso acontece porque não há nada *naturalmente* feminino ou masculino.

Grande parte da produção sobre essa diferença foi realizada num momento em que se difundia o conceito de *papel social*, a partir da década de 1930. A teoria dos papéis sociais busca compreender os fatores que influenciam o comportamento humano. A ideia é que os indivíduos ocupam posições na sociedade, desempenhando papéis, de filho, de estudante, de avô. Como o enredo em uma peça de teatro, as normas e regras sociais determinam quais são os papéis possíveis e como devem ser desempenhados. As "atuações" dependem do enredo e da atuação dos outros atores que interpretam papéis na peça. E, como as improvisações dos atores, as variações nas atuações individuais são limitadas, porque dependem das possibilidades abertas pelo enredo.

A ideia de posições ocupadas no desempenho dos papéis faz referência a categorias de pessoas que são reconhecidas coletivamente. Um dos atributos que podem servir de base para a definição dessas categorias é a idade. Assim, são estabelecidas posições a partir das quais crianças e adultos são vistos em relação ao desempenho de seus papéis. Outro desses atributos pode ser o sexo. Nesse caso, homens

e mulheres desempenham papéis *culturalmente construídos*: os papéis sexuais. Os termos "papel sexual", "papel masculino" e "papel feminino" se difundiram rapidamente, da década de 1930 em diante. A antropologia foi uma disciplina central nas elaborações sobre a diferença sexual que trabalharam com a teoria dos papéis sexuais.

A antropóloga estadunidense Margaret Mead é uma das mais importantes autoras nessa área. Ela se tornou muito conhecida por ter documentado as diversas maneiras em que "outras" culturas lidam com a diferença sexual. Mead problematizou a ideia de que noções de feminilidade e masculinidade eram fixas, mostrando como variavam de uma cultura para outra.

Na década de 1930, Mead fez uma pesquisa comparativa entre três sociedades tribais da Nova Guiné, publicada no livro *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. Seu objetivo era observar como as atitudes sociais se relacionavam com as diferenças sexuais.

Charge da década de 1890 ironizando uma troca de papéis por conta da emancipação feminina. É a mulher que fuma um cigarro – o que era malvisto na época, pois mulheres de classe alta não deveriam fumar – e que tem uma postura mais ativa, ao passo que o homem parece tentar se esquivar dela. Apesar das roupas, na charge ela tem uma postura mais agressiva e ele, uma postura quase feminina.

[Publicado em C. E. Jensen. *Karikatur Album* (Álbum de caricaturas). Copenhague: 1912.]

Sexo e temperamento em três sociedades primitivas

Entre os povos estudados por Mead, os montanheses Arapesh, agricultores e criadores de porcos, seriam (homens e mulheres) maternais, cooperativos, sociáveis, pouco individualistas e orientados para as necessidades da geração seguinte. Em síntese, um povo inteiro com características que seriam consideradas "femininas" aos olhos da cultura estadunidense da época.

Os ferozes caçadores de cabeça Mundugumor, agricultores e pescadores, constituiriam o extremo oposto. Nos termos da autora, desprezando o sexo como base para o estabelecimento de diferenças de personalidade, teriam padronizado o comportamento de homens e mulheres como "ativamente masculino, viril, e sem quaisquer das características edulcoradas que estamos acostumados a considerar indiscutivelmente femininas". Esse povo seria integrado por indivíduos implacáveis e agressivos. Homens e mulheres se aproximariam de um tipo de personalidade que, na cultura estadunidense, só se encontraria em homens indisciplinados e extremamente violentos.

Nesses dois exemplos, Arapesh e Mundugumor, nota-se que há poucas diferenças entre homens e mulheres, que tinham comportamentos parecidos. No terceiro povo, os Tchambuli, pescadores lacustres e amantes das artes, haveria uma inversão das atitudes sexuais da cultura estadunidense: a mulher seria o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente.

Com base nos resultados da pesquisa, a autora afirmou que a crença – compartilhada na sociedade estadunidense da época – de que haveria um temperamento inato, ligado ao sexo, não era universal. A sociedade dos Estados Unidos da sua época (e até hoje, no senso comum), pressupunha que as mulheres fossem mais dóceis e afetivas, como uma decorrência da maternidade, e que os homens fossem mais dominadores e agressivos. Essa diferença era vista como *natural*, como se resultasse das diferenças nos corpos masculinos e femininos. Mead, ao contrário, foi pioneira ao mostrar que esses traços de caráter são *aprendidos* desde que uma criança nasce. Segundo ela, toda cultura determina, de algum modo, os papéis dos homens e das mulheres, mas não o faz necessariamente em termos de contraste entre as personalidades atribuídas pelas normas sociais para os dois sexos, nem em termos de dominação ou submissão.

Como se vê no box sobre a pesquisa de Margaret Mead, o fato de traços de temperamento tradicionalmente considerados femininos, como

passividade, suscetibilidade e disposição para cuidar das crianças, serem escolhidos como padrão masculino numa tribo; e, em outra, serem obrigatórios os traços masculinos para mulheres e homens, demonstra que não há base para considerar tais aspectos de comportamento vinculados ao sexo, conclui Mead. Os comportamentos, como ela mostra, não são naturais, dados só pelo sexo, ou seriam iguais em todas as sociedades do mundo. Essa conclusão é reforçada pela inversão da posição de dominância entre os sexos no terceiro povo estudado.

Trabalhando na perspectiva dos papéis sexuais, autores e autoras como Margaret Mead apontaram para o caráter de *construção cultural da diferença sexual*. A perspectiva dos papéis sexuais resultou atraente para diversos estudiosos da diferença sexual porque conectava a estrutura social à formação da personalidade, de maneira relativamente simples. E isso ocorre por meio da "socialização", ou seja, pela incorporação das normas sociais relativas ao papel feminino e ao masculino. Nessa perspectiva, as pessoas "desviantes" teriam passado por algum erro no processo de socialização. Entre nós, desde que um bebê nasce ele é tratado de forma diversa se for menino ou menina, e aprende a se comportar de determinadas maneiras. Aos meninos, se oferecem bola e carrinho para brincar, às meninas, bonecas e casinha; o menino é estimulado a ser mais agressivo, e a menina, a "se comportar". Um menino que tem aspectos considerados "femininos" ou uma menina muito "masculina" parecem inapropriados. De diversas maneiras, na família, na escola, nos locais de sociabilidade as pessoas aprendem essas normas e elas são incorporadas, ainda que imperceptivelmente.

Além disso, a perspectiva dos papéis sexuais permite contestar pressupostos biológicos sobre os comportamentos de homens e mulheres, ao afirmar que as atitudes de uns e outras são diferentes porque respondem a diferentes expectativas sociais. Entretanto, nessa abordagem, as relações entre os sexos eram analisadas sem prestar atenção às desigualdades, às relações diferenciadas de poder entre homens e mulheres. Essa produção não demonstrava interesse em destacar nem compreender os fatores que contribuem para situar as mulheres em posições inferiores.

O cerne da dominação masculina

Nas décadas de 1950 e 1960, os grupos feministas continuavam lutando pela igualdade de direitos. Mas em 1949 havia sido publicado um livro inteiramente inovador, *O segundo sexo*, que contestava o efeito dessas lutas para eliminar a dominação masculina. O livro foi escrito por Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, convencida de que para eliminar essa dominação era necessário muito mais do que reformas nas leis, garantindo, por exemplo, o direito das mulheres ao voto. Ela considerava que o verdadeiramente importante era enfrentar os aspectos sociais que situavam a mulher em um lugar inferior. A autora afirmava que retirar as mulheres desse lugar só seria possível ao se combater o conjunto de elementos que impediam que elas fossem realmente autônomas: a educação que preparava as meninas para agradar aos homens, para o casamento e a maternidade; o caráter opressivo do casamento para as mulheres, uma vez que, em vez de ser realizado por verdadeiro amor, era uma obrigação para se obter proteção e um lugar na sociedade; o fato de a maternidade não ser livre, no sentido de que não existia um controle adequado da fertilidade que permitisse às mulheres escolherem se desejavam ou não ser mães; a vigência de um duplo padrão de moralidade sexual, isto é, de normas diferenciadas que permitiam muito maior liberdade sexual aos homens; e, finalmente, a falta de trabalhos e profissões dignas e bem remuneradas que dessem oportunidade às mulheres de ter real independência econômica. De acordo com Sylvie Chaperon, historiadora que analisou a trajetória da autora, a divergência de Simone de Beauvoir com o feminismo da época, que privilegiava as reformas nas leis, fez com que essa autora só passasse a se considerar feminista mais tarde, na década de 1960, quando as interrogações sobre o casal e o amor já tinham se difundido entre as feministas.

Simone de Beauvoir
[CSU Archives/Everett Collection/Latinstock]

Os argumentos formulados em *O segundo sexo* baseiam-se em uma leitura crítica da história, da psicanálise e da literatura. Paralelamente, a autora considera as experiências femininas da época analisando de maneira incisiva a maternidade e a conformação das identidades sexuais, dedicando capítulos à iniciação sexual feminina, ao drama da vida da mulher casada, à lésbica, à prostituta. Esses foram os aspectos que provocaram as reações contrárias mais fortes na época de publicação do livro, tanto por parte de setores católicos quanto por correntes de pensamento de esquerda.

Patriarcado

"Patriarcado" é um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. O poder patriarcal pode ser entendido em função do âmbito familiar, como poder do pai sobre a esposa e sobre os filhos. Originalmente o termo se refere aos patriarcas do Velho Testamento, como Abrahão, que era um ancião com poder absoluto sobre mulheres, crianças, rebanhos e subordinados. O termo foi usado também pelo cientista social alemão Friedrich Engels (1820-1895) e posteriormente por teóricas do feminismo para outros contextos históricos (tais como sociedades feudais e capitalistas) em que haveria uma hierarquia muito forte baseada na estrutura familiar e no poder paterno. Em termos mais amplos, o poder patriarcal diz respeito à capacidade masculina de controlar o corpo da mulher, para fins reprodutivos ou sexuais. Neste sentido, o patriarcado situa e confina a mulher no mundo privado e doméstico, espaço dos 'afetos', de forma que, na ideologia patriarcal, os espaços privado e público parecem estar separados e em oposição. A denúncia do patriarcado e do poder patriarcal serviu como instrumento político fundamental na luta feminista a partir dos anos 1960 em diferentes regiões do mundo. No entanto, o termo foi criticado por ser usado de modo muito genérico, como se definisse qualquer tipo de dominação masculina.

Simone de Beauvoir não utiliza o termo "papéis sexuais". Entretanto, incorpora ideias presentes nessa noção, ao considerar que a posição da mulher é uma *construção social*. Contudo, diferentemente da leitura realizada por Margaret Mead, a sua é feita com base na preocupação com a dominação masculina. Para Beauvoir, essa dominação não se explicaria por aspectos inerentes ao corpo feminino, nem à natureza. A resposta estaria na compreensão do que a história e a cultura fizeram, nos termos da autora, da "fêmea humana". Esse pensamento deu lugar a uma das frases mais citadas pelas feministas em diferentes momentos: "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]".[14]

[14] Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949] vol. 2, p. 9.

Mulher e patriarcado

O segundo sexo é considerado precursor do feminismo da "segunda onda", protagonizado por grupos organizados de mulheres, em diversas partes do mundo, a partir da década de 1960. Várias das ideias presentes nesse livro serão retomadas por vertentes que, embora diversas, compartilham algumas concepções centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens. A subordinação feminina é pensada como algo que varia de acordo com a época histórica e o lugar. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos. Nesse sentido, se aproximam das formulações de Margaret Mead no que se refere à variação dos papéis desempenhados pelas mulheres, mas se distanciam dessa autora ao considerar que elas sempre e em todo lugar são atingidas por uma subordinação que, embora adquirindo matizes diferenciados, as coloca em situações de desigualdade.

Essas abordagens questionam o suposto caráter natural dessa subordinação, sustentando, ao contrário, que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído – ao não ser natural, inato, fixo – pode ser modificado. Portanto, alterando-se as maneiras como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo, o pensamento feminista da segunda onda colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades. As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação e trabalharam, recorrentemente, com uma série de categorias e conceitos fundamentais, sobretudo os de mulher, opressão e patriarcado.

A categoria "mulher" foi desenvolvida pelo feminismo da segunda onda em leituras segundo as quais a opressão das mulheres está além de questões de classe e raça, atingindo todas as mulheres, inclusive as mulheres das classes altas e brancas. Essa ideia foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do "pensamento

de esquerda". O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Isso criava uma "identidade" entre elas. A base para essa identidade inclui traços biológicos e, também, aspectos sociais, efeitos da dominação masculina. A opressão patriarcal estabeleceria uma conexão entre todas as mulheres, através do tempo e das culturas. As feministas afirmaram que todas as mulheres sofriam opressão. Essa afirmação era justificada ao se definir de maneira particular a opressão. Segundo elas, era necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres "experienciassem" como opressivo. Ao definir o político de tal maneira que acomodasse essa concepção de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública.

Considerando que as mulheres eram oprimidas *enquanto mulheres* e que suas experiências eram prova de sua opressão, chegou-se à conclusão de que a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres a viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas, no lar, nas relações amorosas, no âmbito da família. A famosa proposição "o pessoal é político" foi implementada para mapear um sistema de dominação atuante no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher. Esses relacionamentos eram considerados, sobretudo, políticos, na medida em que "político" é essencialmente definido como o que envolve uma relação de poder.

Essa redefinição do político tem uma importância enorme. Em termos de prática política, as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social, nas esferas pública e privada. Em termos teóricos, elas trabalharam com uma ideia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. As instituições patriarcais seriam aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina. Como a dominação masculina estaria presente através do tempo e das culturas, poucas instituições poderiam escapar ao patriarcado. Tomando como ponto de partida a ideia de que os homens universalmente oprimem as mulheres, o pensamento feminista procurou explicar a forma adquirida pelo patriarcado em casos específicos.

O pressuposto dessa perspectiva de análise é que as mulheres compartilham uma realidade diferente da dos homens. Argumentou-se que a dominação masculina excluía as mulheres da história, da política e da reflexão teórica. As pensadoras feministas passaram a revisar as produções disciplinares, perguntando-se como seriam diferentes se a história, a antropologia, a ciência política, tivessem considerado relevante levar em conta o "ponto de vista feminino". As formas tradicionais de explicação das diversas disciplinas foram examinadas a fim de se acharem conceitos apropriados para dar conta da opressão feminina e da realidade das mulheres.

Cartaz de campanha pelos direitos das mulheres, em ocasião do cinquentenário da Declaração Universal do Direitos Humanos.

[Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.]

A efervescência provocada pelos interesses feministas deu lugar à crescente acumulação de um corpo de dados sobre "a situação da mulher". Mas a acumulação de informação sobre a diversidade de experiências femininas e a sofisticação crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo conduziram, também, para o caminho oposto, isto é, à contestação de vários dos conceitos e categorias que o pensamento feminista estava utilizando. E um dos primeiros alvos desses questionamentos foi a utilização do patriarcado como categoria de análise.

O conceito de patriarcado, útil do ponto de vista da mobilização política, colocou sérios problemas no que se referia às particularidades da condição feminina em diferentes lugares e épocas. O pensamento feminista procurou no patriarcado a idéia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres. E se o patriarcado teve um início, poderia ter um fim.

O conceito de patriarcado foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com

[Toulouse-Lautrec. *Mulher se despindo*. 1894, guache s/b/ papel. 61,5 x 44,5 cm. Musée Toulouse-Lautrec. Albi. França.]

o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, como se tivesse uma natureza imutável. Assim, o conceito trouxe problemas delicados em termos metodológicos.

Hoje, esse conceito é alvo de críticas, principalmente porque trata de maneira única, universal, formas de poder que se alteram em diferentes períodos históricos e lugares. Mas é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e das causas da subordinação feminina, tinha o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la. Pouco a pouco, as hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo questionadas, ao mesmo tempo que se buscavam ferramentas conceituais mais apropriadas para que essa opressão perdesse o caráter de algo natural e imutável. É nesse quadro de efervescência intelectual que se desenvolve o conceito de gênero.

Leituras recentes da diferença sexual

O conceito de gênero foi elaborado no âmbito da segunda onda do feminismo, por pesquisadoras que procuravam uma ferramenta alternativa aos conceitos e categorias considerados problemáticos (como o patriarcado). Com esse objetivo, revisitaram a teoria social. À maneira dos trabalhos antropológicos com papéis sexuais, procuraram desenvolver análises que, longe de pensar na realidade das mulheres como algo recortado e separado, as situasse em relação com a totalidade da cultura e da sociedade. À maneira do paradigma de identidade de gênero, essas aproximações se valeram de uma distinção entre *sexo*, alocado na natureza e pensado como elemento fixo, e *gênero*, alocado na cultura e, portanto, variável. Entretanto, as elaborações feministas do conceito de gênero se distanciam dessas leituras pela ênfase que colocaram no caráter político das relações entre os sexos e por observar que os sistemas de significado que produzem noções de diferença entre homens e mulheres oprimem não apenas a essas últimas, mas também as pessoas que não se inseriam em arranjos heterossexuais.

O sistema sexo/gênero

O conceito de gênero se difundiu com força inusitada a partir da formulação da antropóloga estadunidense Gayle Rubin. Seu ensaio "O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo", publicado em 1975, escrito quando a autora era uma aluna de pós-graduação, se tornou uma referência obrigatória na literatura feminista.

Inserindo-se no debate sobre a natureza e as causas da subordinação social da mulher, Rubin elaborou um conceito que denominou *sistema sexo/gênero*. Segundo a autora, esse sistema é o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as "fêmeas" em "mulheres domesticadas", a autora localiza essa passagem no trânsito entre natureza e cultura, no espaço da sexualidade e da procriação.

A discussão acerca desse trânsito e de como operam tais "arranjos" foi desenvolvida através da leitura crítica de diversos autores, particularmente das formulações do antropólogo francês Lévi-Strauss, que elaborou uma importante teoria do parentesco. Lévi-Strauss tinha proposto, em seu trabalho de 1949,[15] uma teoria sobre a passagem da natureza à cultura – ou seja, tentava entender o que diferia os homens dos animais. Ele notou que na natureza o comportamento dos animais é universal, ou seja, todos os animais de uma determinada espécie, por exemplo, um tipo de macaco, têm os mesmos comportamentos. Na humanidade, os comportamentos variam muito de um grupo para outro, há formas de organização social variadas, línguas diversas, regras específicas. Mas há uma regra universal, presente em todas as sociedades humanas: o chamado *tabu do incesto*, ou seja, a proibição de se manter relações sexuais com parentes muito próximos. O que cada sociedade classifica como parente próximo varia, mas há sempre um grupo de pessoas com quem não se deve manter relações. Essa proibição instaura a *aliança* – a associação e amizade entre diferentes famílias através do casamento da moça

15 *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

de uma família com um rapaz de outra. A proibição do incesto gera o que Lévi-Strauss chamou de "troca de mulheres", pois os homens de cada família deveriam oferecer suas filhas ou irmãs para que se casem com homens de outras famílias, e eles também receberão de outras famílias suas futuras esposas. Assim, as famílias tornam-se aliadas – de onde vem o termo "aliança", que o casamento representa.

Segundo o autor, o casamento é o dispositivo mais importante que as famílias têm para estabelecer alianças entre elas. O sistema de parentesco e as regras matrimoniais são considerados expressão de uma regra: o intercâmbio de mulheres. As regras não mudariam ao considerar grupos de mulheres trocando homens, o que realmente interessa é a troca mediante a qual se estabelecem alianças entre famílias e grupos. Embora Lévi-Strauss tenha usado o termo "troca de mulheres", o que importa no seu conceito é que as famílias façam alianças através dos jovens que se casam. A proibição do incesto estabelece uma mútua dependência entre famílias, obrigando-as, com o fim de se perpetuarem, à criação de novas famílias. Para este autor, há também um aspecto adicional que explica a necessidade de formar famílias para a sobrevivência econômica dos grupos humanos. Trata-se da *divisão sexual do trabalho*, uma divisão de tarefas de acordo com o sexo, que varia entre as culturas mas universalmente institui funções diferenciadas a homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho faz com que a menor unidade econômica viável contenha pelo menos um homem e uma mulher e, assim, estabelece a dependência mútua entre os sexos. A finalidade seria garantir a união entre homens e mulheres.

Dialogando com Lévi-Strauss, Rubin afirma que, na formulação desse autor, a divisão sexual do trabalho, fundamental para o parentesco, cria o gênero, porque, para garantir o casamento, instaura a diferença, a oposição, entre os sexos. Ou seja, os sexos não são tão diferentes em termos naturais, mas a divisão sexual do trabalho constrói a necessidade de tarefas femininas diferentes das masculinas. Com esse fim, essa divisão acentua, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos.

Para Gayle Rubin, a divisão sexual do trabalho pode ser vista como um tabu contra a uniformidade de homens e mulheres, que divide o sexo em duas categorias excludentes. Todavia, ela também deve ser vista como um tabu contra outros arranjos sexuais que não aqueles que tenham pelo menos um homem e uma mulher, o que obriga ao casamento heterossexual. Assim, o tabu do incesto pressuporia um tabu anterior, da homossexualidade.

O tráfico de mulheres

"Homens e mulheres são, claro, diferentes. Mas nem tão diferentes como o dia e a noite, a terra e o céu, yin e yang, vida e morte. De fato, desde o ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais próximos entre si do que com qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres diferem mais entre si do que em relação a qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar que não [seja] a natureza [...] Longe de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais."

[Gayle Rubin. "The traffic of women: Notes on a political economy of sex". In: Reiter Rayna: *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press. 1975. pp. 157-211.]

A autora pensa o intercâmbio de mulheres de Lévi-Strauss como conceito que situa e explica a opressão das mulheres dentro dos sistemas sociais. A assimetria de gênero, a diferença entre aquele que troca e o que é trocado, origina a repressão da sexualidade da mulher. Mas é importante perceber que esse é o efeito de um sistema que, reprimindo a sexualidade da mulher, está ancorado na obrigatoriedade da heterossexualidade.

O ponto mais importante da formulação sobre a diferença sexual nessa autora é pensar em gênero, articulado à sexualidade, como uma dimensão política. Para Gayle Rubin, gênero não é apenas uma identificação com um sexo, mas obriga que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo. E percebe a opressão dos homossexuais como produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres.

Diálogos

Durante a década de 1980, o sistema de sexo/gênero formulado por Rubin se disseminou rapidamente e também foi objeto de diversas críticas, que acabaram conduzindo a reformulações da ideia de gênero. As críticas feministas são as mais relevantes para entender os rumos seguidos na discussão.

Esses questionamentos estão associados a discordâncias dentro do movimento feminista e, ao mesmo tempo, a um deslocamento nos principais repertórios teóricos utilizados pelo pensamento feminista. O objetivo de criar um sujeito político fez com que, durante muito tempo, o pensamento feminista destacasse a identidade entre as mulheres, concedendo pouca atenção às diferenças entre elas. Na década de 1980, porém, essa "identidade" foi intensamente contestada, principalmente por feministas negras dos Estados Unidos e do "Terceiro Mundo". Elas afirmavam que sua posição social e política as

Manifestação feminista dos anos 1960 – a famosa imagem da queima de sutiãs, que simbolizam aqui a opressão ao corpo feminino.
[Bettmann/Corbis/Latinstock]

tornava diferentes e diferenciava também suas reivindicações. Essas feministas consideravam que seus interesses tinham sido apagados pela ênfase na "identidade" entre mulheres, favorecendo os interesses das feministas brancas e de classe média. Por exemplo, para mulheres negras e pobres nos Estados Unidos, cujos filhos eram mortos ainda adolescentes pela polícia em bairros da periferia, a discussão sobre direitos reprodutivos não podia estar centrada exclusivamente no direito à contracepção e ao aborto, predominante nas reivindicações das feministas brancas. Para essas mulheres negras, em termos de direitos reprodutivos, era importante que os filhos já nascidos tivessem o direito a viver sem serem assassinados.

Já as feministas do "Terceiro Mundo" questionaram como a ênfase na "identidade" tornava certas práticas das mulheres de países em desenvolvimento, como o uso do véu, expressões de opressão masculina, ignorando como as relações desiguais entre nações e regiões do mundo podem alterar o significado dessas práticas. O véu, cobrindo a cabeça ou o corpo inteiro, é utilizado por mulheres de religião muçulmana em diversos países, Arábia Saudita, Irã, Paquistão, Índia e Egito. Mas o uso dessa veste nem sempre tem o mesmo sentido. Por exemplo, em 1979, os iranianos fizeram uma revolução contra seu monarca, o Xá, que aos olhos dos revolucionários representava a opressão da colonização Ocidental. Nesse momento, mulheres de classe média escolheram vestir o véu, como gesto revolucionário que apoiava a liberação do país do Ocidente.

Nesse marco, o sistema sexo/gênero de Gayle Rubin foi questionado por ser visto como "branco" e imperialista. Na leitura de feministas negras, a teoria de Rubin explicava apenas a complementaridade dos sexos, a heterossexualidade obrigatória e a opressão das mulheres mediante o intercâmbio de mulheres no parentesco. Elas observaram, porém, que houve grupos inteiros de homens e mulheres, como os escravos africanos, cuja posição no parentesco dependia da relação com os sistemas de parentesco de outro grupo dominante. As mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Elas foram constituídas, *simultaneamente*, em termos sexuais e raciais, como fêmeas, próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento. Nesse sistema, só as mulheres brancas foram constituídas como mulheres, no sentido de esposas potenciais, veículos para conduzir o nome da família.

Assim, feministas negras e do "Terceiro Mundo" consideraram que no sistema sexo/gênero o foco singular no gênero fazia com que essa categoria obscurecesse ou subordinasse todas as outras. Sublinhando as diferenças entre mulheres, elas exigiram que gênero fosse pensado como parte de *sistemas de diferenças*, de acordo com os quais as distinções entre feminilidade e masculinidade se entrelaçam com distinções raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social, idade.

Esse movimento de novas discussões em torno do conceito de gênero envolve também outras leituras sobre como funciona o poder. Várias das autoras que participam desse movimento não concordam em trabalhar com a ideia de dominação/subordinação universal das mulheres, dividindo o mundo entre opressores e oprimidas. Elas preferem explorar situações particulares de dominação mediante análises que consideram o modo pelo qual o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluidas, que se intersectam, posicionando as mulheres em lugares diferentes e em momentos históricos particulares. E, ao mesmo tempo, prestam atenção a como as pessoas, individual e coletivamente, se opõem a essas estruturas de dominação. Isto permite perceber que os sistemas de dominação, nos quais gênero se articula a classe, raça, nacionalidade, idade, não têm efeitos idênticos nas mulheres do

"Terceiro Mundo". Ao mesmo tempo, possibilita olhar para as reações das pessoas posicionadas em lugares inferiores.

Por exemplo, pensemos na maneira como são vistas as brasileiras, particularmente as jovens que não são de classes altas, que migram com o objetivo de melhorar de vida, para alguns países de Europa, como Portugal. Nas percepções atuais que os portugueses têm sobre o Brasil, essas mulheres são associadas a atributos positivos e negativos. Em termos gerais, essas brasileiras são consideradas alegres, simpáticas, com vocação para a domesticidade e maternidade. Mas elas também são "racializadas" como morenas, isto é, percebidas como marcadas por essa cor, em um procedimento que as situa em um lugar inferior aos europeus, que se consideram brancos.[16] Além disso, elas são "sexualizadas", isto é, vistas como pessoas que tendem a agradar os homens mediante o sexo, às vezes, como prostitutas, o que as posiciona em uma relação de desigualdade com as mulheres europeias. Aliás, muitas das garotas brasileiras que são "barradas" no aeroporto de Lisboa ouvem da polícia migratória que não as deixam entrar porque seriam prostitutas.[17]

Essa conjunção entre racialização e sexualização é uma tradução cultural do lugar desigual que o Brasil ocupa, considerado ainda um país "em desenvolvimento", nas relações com Europa, tida como "Primeiro Mundo". Pensar neste processo como pura expressão de dominação masculina e nessas brasileiras como apenas oprimidas impediria perceber que, nessa articulação entre diferenças de gênero, nacionalidade, classe social, raça e idade, algumas garotas conseguem tirar partido dos traços que lhes atribuem, para alcançar seus objetivos. Isto sucede particularmente no plano "microssocial", das relações pessoais. Algumas conseguem destacar a "alegria brasileira" para obter empregos em restaurantes e bares. Outras sublinham seus traços maternais, o que as ajuda a trabalhar como babás ou cuidando de idosos. Outras, finalmente, mediante a articulação entre essas imagens de disposição maternal e sensualidade, casam com maridos europeus e regularizam suas situações migratórias, o que lhes possibilita fixar residência e trabalhar no exterior. Estes exemplos mostram que as situações vividas pelas mulheres não são apenas um produto

16 Luciana Pontes Pinto, "Mulheres brasileiras na mídia portuguesa". *Cadernos Pagu*, nº 23, pp. 229-257. Campinas: 2004.

17 Secretaria Nacional de Justiça, "Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as)que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo". Relatório. Coordenação Técnica: Adriana Piscitelli. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

da sua opressão pelos homens, mas que é preciso entendê-las observando as inúmeras formas de desigualdade que se relacionam em cada situação. Por outro lado, mostram também a capacidade das pessoas de agir e fazer escolhas, usando estrategicamente os estereótipos preconceituosos, às vezes até a seu favor.

Além das mulheres...

Finalmente, as novas leituras sobre gênero se esforçam radicalmente para eliminar qualquer naturalização na noção de diferença sexual. Nesse sentido, a distinção entre sexo e gênero é questionada também por outros motivos. Nessa distinção, o gênero era percebido como *cultural* e portanto variável e flexível. Mas o sexo, alocado na *natureza*, era considerado como algo fixo. A partir de finais da década de 1980, as feministas começam a questionar o processo histórico ao longo do qual se passou a pensar que o "sexo" e a "natureza" seriam elementos fixos, anteriores à cultura. No que se refere ao sexo, a própria natureza contesta essa fixidez. Pensemos, por exemplo, nos intersexos. Mas o processo que conduz a pensar que o sexo é fixo autoriza as intervenções médicas, frequentemente traumáticas e dolorosas, para "corrigir os erros" da natureza.

As reflexões sobre esse processo histórico foram desenvolvidas, com particular intensidade nas décadas de 1990 e 2000, por historiadoras da ciência, antropólogas, historiadoras e filósofas feministas. Elas discutiram entre elas, com autores de suas respectivas tradições disciplinares e também dialogaram com perspectivas vinculadas à "Nova Política do Gênero", movimento de reivindicação de direitos sexuais que defende os direitos de intersexos, transexuais e travestis.

Esse conjunto de pessoas resiste a classificações lineares como "homens" ou como "mulheres". Os intersexos, pela ambiguidade de seus genitais. As travestis porque, com genitais masculinos mas com corpos feminilizados mediante o uso de hormônios, silicones, roupas e perucas femininas, transitam entre lugares femininos e masculinos. E os transexuais porque incorporam um gênero diferente ao que corresponderia a seus genitais, buscando uma mudança de sexo que envolve, às vezes, cirurgias de transgenitalização, procedimento no qual os genitais são alterados.

Nas novas leituras sobre gênero considera-se que a distinção entre masculino e feminino não esgota os sentidos do gênero. Essas diferentes categorias de pessoas aparecem como "dissonantes" em termos de gênero, porque embaralham as distinções entre masculino e feminino e também confundem as normas da heterossexualidade, que requerem

O cantor Ney Matogrosso usa o corpo de um modo que questiona os limites hegemônicos entre masculino e feminino. A arte foi muitas vezes pioneira em demonstrar as dissonâncias apontadas na teoria de Judith Butler.
[Eryck Machado/Latinstock]

essa distinção. A filósofa estadunidense Judith Butler mostra que essas pessoas questionam a coerência entre sexo (genitália masculina ou feminina), gênero (aparência da pessoa como masculina ou feminina) e desejo (supostamente deveria ser sempre um desejo heterossexual). Por exemplo, uma *drag queen* pode ser um homem, nascido do sexo masculino, com uma aparência feminina e masculina (tem traços masculinos, mas se veste se maquia como uma mulher exagerada) e ter um desejo homossexual. Para a autora, essas dissonâncias fazem com que, em um mundo no qual as pessoas são percebidas como seres humanos adequados quando articulam uma coerência "social" entre as modalidades de sexo, gênero e desejo, essas pessoas sejam colocadas no lugar do abjeto, quase daquilo que não é humano. Ou seja, o pensamento estabelecido considera que uma pessoa que nasceu com órgãos genitais femininos tenha um sexo feminino ("é uma mulher"), um gênero coerente ("uma mulher feminina") e um desejo heterossexual, isto é, tenha interesse sexual exclusivamente por homens.

As pessoas que não mostram essa coerência – uma mulher masculina, um homem feminino, os intersexos, os homossexuais etc. – parecem desordenar o pensamento hegemônico sobre o gênero. Ao mesmo tempo, a existência dessas pessoas sugere que ao pensar em gênero não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino. É necessário incluir todas essas categorias de pessoas. Segundo Judith Butler, um par de décadas atrás, a noção de discriminação de gênero se aplicava tacitamente às mulheres. No momento atual, a discriminação das mulheres continua existindo, particularmente quando se trata de mulheres pobres e/ou negras e/ou do "Terceiro Mundo". Entretanto, a discriminação de gênero atinge também homossexuais, transexuais e travestis, sujeitos à violência, a agressões e assassinatos por conta de sua identidade de gênero.

O relato de uma transexual brasileira, uma pessoa que nasceu com características anatômicas masculinas, mas desejava tornar-se uma mulher, narrando o seu processo de transformação, dá um exemplo dessas discriminações, ao narrar como foi retirada compulsoriamente de seu trabalho no Exército:

> *"Em abril do ano passado, me submeti a uma cirurgia para trocar de sexo. O procedimento é considerado delicado, mas não tive medo porque estava decidida a me tornar mulher, como me sinto desde criança. A cirurgia é um pouco dolorida, mas não existe nada mais doloroso do que nascer menino e não se adaptar ao mundo masculino. Depois da cirurgia, fiz dois retoques na vagina, mas agora estou perfeita. Sempre tive afinidade com o universo feminino. Minha família não me entendia e eu também ficava confusa. Mas, quando entrei para o Exército, aos 18 anos, minha ficha caiu. Era como se eu fosse prisioneira do meu corpo. Em 1995, pedi ajuda a uma psicóloga e passei por vários especialistas. Só em 2002 recebi o diagnóstico: transexualismo. Fui forçada à aposentadoria, o que me transtornou bastante."* [18]

Essas formulações parecem distanciar-se irremediavelmente do pensamento feminista que realizou as primeiras formulações do conceito de gênero. No entanto, as novas elaborações sobre gênero trabalham com algumas das ideias mais interessantes presentes na história desse conceito: a percepção de Gayle Rubin de que a produção de

18 Ana Holanda, "Como é realmente...". *Marie Claire*, nº 187, out. 2006. Disponível em <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1289922-1740-2,00.html>. Acesso em 15/05/2009. Este e outros casos de transexuais são analisados de maneira brilhante na tese de doutorado de Flavia do Bonsucesso Teixeira, defendida no doutorado em Ciências Sociais da Unicamp (2009): *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade.*

identidades de gênero que aparecem como estáveis e coerentes responde aos interesses da heterossexualidade e da regulação da sexualidade dentro do domínio reprodutivo. Além disso, essas re-elaborações mostram que as normas de gênero não estabelecem um consenso absoluto na vida social. Na verdade, elas ampliam a ideia de humano, abrindo o espaço da compreensão, da inteligibilidade e da dignidade também para todos/as os/as "diferentes", em termos de gênero e sexualidade.

Sintetizando a trajetória do conceito de *gênero*, vemos que um termo, que se difundiu aludindo às *diferenças e desigualdades* que afetam as mulheres, adquire outros sentidos. Continua referindo-se a diferenças e desigualdades e, portanto, continua tendo um caráter político. Entretanto, nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as *construções de masculinidade e feminilidade* são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres.

Indicações para pesquisa

Estudos

Margaret Mead e Simone de Beauvoir

Para conhecer o trabalho clássico sobre papéis sexuais nos anos 1930, leia *Sexo e temperamento* (São Paulo: Perspectiva, 1999), de Margaret Mead.

E para saber mais sobre o trabalho revolucionário de Simone de Beauvoir, leia, dessa autora, *O segundo sexo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980). Além disso há entrevista que ela deu a Sylvie Chaperon, traduzida por Omar L. de Barros Filho, disponível em <www.tlaxcala.es/pp.asp?lg=po&reference=4498>. Acesso em 08/08/2009. E sobre o livro da filósofa francesa há o artigo de Sylvie Chaperon, "Auê sobre o *Segundo sexo*" *Cadernos Pagu*, nº 12, Campinas: 1999, pp. 37-55.

Conceito de gênero e diálogos

Para entender o conceito de gênero, há um trabalho muito conhecido da historiadora Joan Scott: "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" (*Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol 16, nº 2, jul-dez 1990, pp. 5-22). E o diálogo desse conceito com o de feminismo e noção de identidade entre as mulheres, há o meu ensaio "Re-criando a categoria mulher?" Adriana Piscitelli, in: Algranti, Leila (org.). "A prática feminista e o conceito de gênero". *Textos Didáticos*. Campinas: IFCH/Unicamp, vol 48, pp. 7-42; disponível em <www.pagu.unicamp.br/files/pdf/Adriana01.pdf>. Acesso em 08/08/2009).

Sobre o conceito de gênero e seus desdobramentos

De Donna Haraway, "Gênero para um dicionário marxista, a política sexual de uma palavra" *Cadernos Pagu*, nº 22, Campinas: jan-jun 2004; disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-8333200 4000100009&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 08/08/2009.

Sobre o trabalho de pesquisadoras brasileiras de diversas áreas disciplinares

O livro *Uma questão de gênero* (Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992), de Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini.

Para entender a situação dos intersexos e transexuais

Há o ensaio de Mariza Corrêa "Fantasias corporais" (In: Piscitelli, Adriana; Gregori, Maria Filomena; Carrara, Sergio (orgs.) *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, pp. 173-183), o texto de Paula Sandrine Machado, "O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural" (*Cadernos Pagu* [online]. Campinas: 2005, nº 24, pp. 249-281. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005 000100012&lng=pt&nrm=iso>) e a tese de doutoramento de Flavia do Bonsucesso Teixeira, *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade* (Campinas: Faculdade de Ciências Sociais-IFCH, Unicamp, 2009).

Romances e ensaios

Um teto todo seu, de Virginia Woolf (trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005) – Ensaio que reflete sobre a condição de vida e de trabalho de uma mulher de classe média alta inglesa.

Orlando, de Virginia Woolf (trad. Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.) – Questiona os espaços sociais masculinos e femininos através da história de um príncipe que um dia acorda num

corpo feminino, metamorfoseado numa mulher.

Ciranda de pedra, de Lygia Fagundes Telles – história de uma família que se separa, e as vidas de três irmãs. Explora também a situação de jovens em condições econômicas distintas, durante os anos 1950.

Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.) – O protagonista Riobaldo atormenta-se com o ambíguo afeto (falsamente) homossexual que sente por seu companheiro jagunço Diadorim, que se revelará uma mulher travestida.

Filmes

Minha vida em cor-de-rosa – Direção de Alain Berliner, França/ Belgica/ Reino Unido, 1997. História bem humorada e delicada de um menino acha que é menina, explorando as reações da família e vizinhos e seus comportamentos e atitudes.

Transamerica – Direção de Duncan Tucker, EUA, 2005. História de uma transexual (nascida do sexo masculino, mas que se sente mulher) que descobre que tem um filho jovem e que este o procura.

XXY – Direção de Lucía Puenzo, Argentina/ França/ Espanha, 2007. Sobre uma jovem intersexo e os dilemas da ambiguidade sexual.

O segredo de Vera Drake – Direção de Mike Leigh, Reino Unido/ França/ Nova Zelândia, 2004. Na Inglaterra dos anos 1950, Vera é uma mulher que ajuda outras a fazer abortos voluntários, quando o aborto ainda era ilegal naquele país.

Um céu de estrelas – Direção de Tata Amaral, Brasil, 1996. História da cabeleireira Dalva, que mora na Zona Leste em São Paulo, e a relação violenta com o namorado Vitor.